




C A P Í T U L O 4

REIVINDICAÇÕES POLÍTICAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA DE 1950 - 1964

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0722511094>

Maria Gamaliélia do Socorro Limeira Coutinho

Mestra em – Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural- UNEB

<https://orcid.org/0000-0002-9856-0166>

RESUMO: Este artigo tem como objeto estudar as Reivindicações Políticas Para a Implantação da Escola Normal em Vitória da Conquista de 1950 – 1964. O processo de implantação da Escola Normal - atual Instituto de Educação Euclides Dantas, mas conhecido como - IEED. Escola criada com o propósito na formação de professores primários. Para a sociedade conquistense, uma Escola Normal era sinônimo de modernidade e progresso. Esse sonho foi concretizado através de muitos anos de diálogos entre intelectuais, homens letrados de Vitória da Conquista que discutiam projetos educacionais com lideranças políticas do município e estes mantinham boas relações junto ao governo do Estado da Bahia publicados em jornais, atas e memórias escritas e iconográficas do município no referido período. Realiza aproximações da história da educação com abordagens que examinam suas relações com a nova história política, dialogando com a produção historiográfica local, regional e nacional, para compreender como intelectuais e políticos se posicionaram e construíram significados sobre o processo da implantação da Escola Normal no contexto de relações sociais e culturais estabelecidas na Bahia nas décadas citadas. Para a construção desse artigo fomos buscar diálogos com autores estudiosos da temática e de outras abordagens afins, dentre os quais destacamos: Mendes (2004) Sousa (2009), Magalhães (2008), Aguiar (2008), Cassimiro (2007), Medeiros (1997), Tanajura (1992), Viana (1982), Souza (2013), Veiga (2008), Chartier (1990), Saviani (2009), Tavares (2001), Gatti (2002) Teixeira (1947), Tanuri (2009), Sampaio (1975), e Brito (1999 e 2009).

PALAVRAS – CHAVE: Escola Normal. Intelectuais, Projetos políticos

METODOLOGIA: A metodologia utilizada na pesquisa está relacionada à sistematização e análise de fontes documentais e iconográficas, dialogando com pressupostos da História Cultural que discutem a importância e os significados da cultura letrada nas práticas partilhadas por diversos grupos sociais inseridos em sistemas educativos que promovem mediações entre as culturas escolar e política. Como referência empírica levantamos impressos e iconografias em jornais, atas da câmara, documentos oficiais e livros de memorialistas da região, com publicações e informações de professores, intelectuais e políticos sobre a implantação e funcionamento da Escola Normal que se constituíram nas principais fontes da pesquisa.

Outro referencial teórico-metodológico que serviu de base para a elaboração da pesquisa se deu, sobretudo, a partir dos estudos no campo da História e da História da Educação onde estabelecemos diálogos com a nova história cultural e estudiosos da nova história política cujos fundamentos nortearam o caminho percorrido, além de valorizar as produções historiográficas em nível regional, contribuindo assim, para a compreensão e o registro de uma história com enfoque local e nacional. Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa de uma instituição educacional pública voltada à formação de professores primários, tanto para atender a demanda da sociedade, quanto aos interesses de intelectuais e de políticos do município e do Estado, inseridos em disputas de projetos para a região e a sua importância para o desenvolvimento sociocultural do município de Vitória da Conquista.

INTRODUÇÃO

A Escola Normal de Vitória da Conquista, única instituição pública, voltada para a formação de professores, representa uma dimensão histórica que nos possibilita investigar. De acordo Chartier (1990, p. 77), a história cultural centra-se nas produções dos sujeitos e, desse modo, constrói um sistema simbólico próprio, porque a formação de professores enquanto parte constituinte das modalidades e do funcionamento escolar emerge como objeto no seio das questões históricas.

A educação esteve presente nas abordagens da historiografia contemporânea como tema de objeto de investigação para a compreensão da formação cultural de uma sociedade. De acordo Veiga (2008 p. 57/58), historiadores preocupados como os objetos culturais, dentre os quais diversos sentidos da educação, podem se identificar com os objetivos da História Cultural, porque se constituem, como estudo dos comportamentos coletivos, das sensibilidades, das imaginações, dos gestos a partir de objetos precisos tais como os livros ou as instituições de sociabilidade dentre as quais estaria incluída, certamente, a escola.

Para entender a história da formação docente nas suas semelhanças e diferenças, Saviani (2013 p.13-32) apresenta a formação de professores em suas relações com o movimento histórico, como um processo em que a questão pedagógica está articulada com as transformações que se processam na sociedade. Nesse sentido, assinalamos que o modelo de preparo dos mestres primários compõe-se de ações fundamentadas no meio histórico-cultural. O processo de criação de Escolas Normais, instituições encarregadas de preparar professores, assinala a necessidade de reflexão acerca de questões pedagógicas no processo formativo.

Os estudos de Gatti Júnior (2011, p.47) evidenciam que as instituições educativas são lugares de permanentes tensões. Trata-se de projetos arquitetados e desenvolvidos a partir do quadro sociocultural nos quais estão inseridos. Os estabelecimentos de ensino são, por assim dizer, coletivos de trabalho, sistemas de relações em que os atores interagem entre si segundo lógicas hierárquicas e classificatórias, e em acordo com as normas burocráticas de agrupamento e de relacionamento. Neste sentido, cada escola possui uma cultura particular que corresponde aos modos de apropriação das normas burocráticas e dos ditames do poder político, engendrando formas próprias de criação, o dos imperativos de ordem econômica, política e institucional.

Conforme Martins (2006, p.116), sobre a atuação da Escola Normal para a formação de professores no período de 1950-1964, por meio dela veiculam valores, crenças no sentido de consolidar / transformar saberes da realidade, possibilita a construção e veiculação de saberes e práticas numa determinada realidade social e histórica. Acreditamos ao pesquisar evidências explícitas e dimensões implícitas das práticas pedagógicas que é possível articularem os vínculos destas com a realidade econômica, política e social.

INTELECTUAIS: OS MEDIADORES PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL E AS RELAÇÕES DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS NA BAHIA

A política que predominava no Brasil entre 1945 e 1964 baseava-se na propaganda nacionalista e na promoção da industrialização por meio da atuação do Estado. A Bahia, após o período do Estado Novo passa por grandes transformações. Com a promulgação da Constituição de 1946, teve início a construção de uma estrutura democrática no país, incluindo o processo de eleições diretas que, na Bahia, elegeu para governador, Otávio Mangabeira, pelo partido da União Democrática Nacional-UDN. No entanto, apesar destas condições políticas mais democráticas, o governo de Mangabeira encontra um estado com muitos problemas. Ao tomar posse, segundo Tavares, depara-se com:

Um estado da Bahia pobre, atrasado e ferido por sucessivas interventorias do Estado Novo, das quais a única que experimentou tímido programa nas áreas de educação e agronomia foi a de Landulfo Alves de Almeida. Faltava carne na cidade do Salvador. A carestia de vida era enorme. A economia baiana mais atuante era a do cacau. Ela fornecia, porém mais divisas ao país do que à Bahia, dependia do mercado externo e sofria com a legislação tributária federal. Faltavam escolas, hospitais, estradas de rodagem, portos marítimos e fluviais, navios e estradas de ferro (TAVARES: 2001, p. 57)

Surpreso com o que encontrava na Bahia, o governador Otávio Mangabeira indicou o economista Inácio Tosta Filho para propor um plano de desenvolvimento para o estado e, diante dos desafios a serem enfrentados na educação, nomeou para Secretaria de Educação e Saúde o educador Anísio Teixeira, que se encontrava em missão internacional na UNESCO, planejando, com outros técnicos, uma educação para o mundo pós-guerra. Anísio inaugurou um período de inovações e realizações em que 258 prédios escolares foram construídos, símbolos do ensino secundário em todo o estado. Mas, na década de 1950, historicamente havia carência e ineficiência nos serviços educacionais oferecidos.

Para compreender o contexto político de Vitória da Conquista na década de 1950, recorreremos à Fonseca (1999, p. 98) que em sua avaliação, aponta que a cidade passava por um processo gradativo de modernização, mas no âmbito político, ainda os coronéis continuavam a exercer a hegemonia, mediante articulação de relações endogâmicas para a manutenção do poder centralizado como uma singularidade. Essa endogamia conquistense iniciou-se com a família Fernandes, que se tornou o tronco original de um poder que dominou a cidade após a sua emancipação, no século XIX, e manteve traços de continuidade ainda por décadas do século XX, se envolvendo com a política local e estadual em termos de exercício de cargos públicos.

Na conjuntura que antecedeu a chegada e permanência de Getúlio Vargas ao poder do país, o partido republicano da Bahia tinha como presidente o fazendeiro Coronel Zeferino Correia de Melo e, como vice, o médico Luís Régis Pacheco Pereira, que apoiavam a candidatura oficial da presidência. Enquanto isso, a oposição fundava, em 1929, o Partido Liberal Conquistense, comandado pelo fazendeiro que professava a religião batista, o Coronel Deraldo Mendes Ferraz, juntamente com o professor e jornalista Laudionor de Andrade Brasil apoiavam os candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência da república.

Souza (2010 p. 65) afirmam que foi com essa configuração que surgiram os principais partidos da Bahia daquela época: a Concentração Autonomista oriunda dos remanescentes de Seabra, a Liga de Ação Social e Política LASP¹, liderada por Otávio Mangabeira e Simões Filho, e o Partido Social Democrático (PSD), fundado pelo tenente Juracy Magalhães.

¹ Ou Liga dos Amigos de São Paulo, em referência ao movimento de 1932, que fazia oposição a Vargas.

Após a vitória de Vargas, em 1930, o coronel Deraldo Mendes Ferraz assumiu a prefeitura da cidade e a liderança do Partido Democrático, enquanto nesse período Régis Pacheco liderou a Concentração Autonomista. O grupo liderado por Mendes assumiu o poder executivo do município até 1937, quando o governador Juracy Magalhães foi nomeado interventor do Estado da Bahia por Getúlio. Magalhães não o apoiou no golpe do Estado Novo, pois desejava que o presidente lhe indicasse para sucedê-lo. Nesse processo, a situação política da Bahia e de Conquista tomou outros rumos: Régis Pacheco, que durante o período de 1923 a 1937 permaneceu na oposição ao poder instituído no Estado, foi preso em 1932 por se declarar favorável à revolta constitucionalista de São Paulo.

Importa destacar que, após a institucionalização do golpe do Estado Novo, Régis Pacheco foi nomeado por Getúlio como interventor da prefeitura de Vitória da Conquista, cargo que ocupou até 1945. A indicação para assumir o cargo foi do interventor da Bahia nomeado em 25 de março de 1938, o engenheiro agrônomo Landolfo Alves de Almeida, que era seu amigo. Mas, é interessante observar que as mudanças de partido, para permanecer ao lado do poder político estabelecido, não era novidade em Conquista.

Desta forma, a política de Vitória de Conquista apresentava as suas complexidades e contradições, provenientes dos conflitos existentes entre as lideranças políticas no contexto efervescente do Golpe de 1930. No que concerne aos estabelecimentos escolares do município, entre as décadas de 1930 e 1940 foram inauguradas: a primeira escola pública estadual em 1935, denominada de Escola Barão de Macaúbas, voltada especificamente para o curso primário, e o denominado Ginásio de Conquista, que começou a funcionar em 1940, sendo o primeiro estabelecimento de ensino ginásial da cidade. Era privado e, por esse motivo, oferecia o ensino às classes mais abastadas.

Alves (2007, p. 2) sugere que havia novas exigências direcionadas a promover o desenvolvimento nacional e a modernização urbano-industrial do local que apontavam para a necessidade da urbanização e o surgimento do mercado de consumo e profissional. Nesta perspectiva, observa o aparecimento de novas reivindicações educacionais que demonstram tanto a preocupação com o número excessivo do analfabetismo, como a formação de mão-de-obra qualificada para o trabalho. De acordo a mesma autora, as demandas educacionais intensificadas pela expansão do capitalismo industrial do país e as exigências de uma sociedade urbano-industrial impunham mudanças no modelo de educação e escola.

Os embates provocados por uma burguesia emergente e uma oligarquia dissidente na Bahia, durante os anos 1930, promoveram dividendos discursivos sobre a educação, ponto culminante para a ascensão da primeira sobre a segunda.

Mesquita e Matta (2009, p 7 a 11) afirmam que, para os coronéis da Primeira República, o interesse pela instrução era apenas para o indivíduo arranhar o nome, condição mínima necessária para angariarem votos, vez que os poderes estabelecidos pela república promoveram as mudanças necessárias que impediam o analfabeto votar. O processo acelerado de urbanização e crescimento gradativo das cidades foi acompanhado também pela noção de cidadania, das relações capitalistas de trabalho para o mercado burguês, criando condições para as novas estratégias e os princípios voltados para a conquista do poder, onde a instrução, na nova conjuntura, desempenharia papel primordial.

Em Vitória da Conquista, grupos de moradores almejavam ter uma instituição educacional voltada à formação de professores, porque seus filhos, potenciais alunos que concluíam o curso ginasial no Ginásio de Conquista e desejavam prosseguir nos estudos, não dispunham de instituição formativa na cidade. Para solucionar de forma precária e privada este problema, as famílias enviavam os potenciais estudantes para as grandes cidades, principalmente Salvador e Belo Horizonte, para concluírem suas formações. Aqueles que tinham interesse pelo magistério encontravam essa opção, principalmente, em Salvador, que já tinha o curso de formação de professores na Escola Normal da Bahia, atual (Instituto de Educação Isaías Alves - ICEIA), criada em 1836 e instalada em 1841; ou em Caetité, que já contava com a sua escola normal (Instituto de Educação Anísio Teixeira) desde 1926, havia a opção da escola normal de Feira de Santana (Instituto de Educação Gastão Guimarães), que foi implantada em 1927 e também em 1919, foi criado o colégio Nossa Senhora da Piedade, em Ilhéus.

Para além dos aspectos mencionados, é importante destacar que para a cidade de Vitória da Conquista a presença de uma Escola Normal era importante símbolo de progresso, modernidade e civilização. Elementos que evidenciam a importância desta instituição emergem de maneira muito intensa nas fontes consultadas, principalmente nos periódicos que circulavam na cidade e veiculavam discursos de políticos e intelectuais. Esses davam pistas que possibilitam perceber que sentidos e significados a implantação de uma escola voltada para a formação de professores despertavam em uma cidade do interior, onde diferentes grupos sociais demonstravam a ansiedade de sua instalação.

Atentos ao movimento de letrados e intelectuais da cidade, Fonseca e Medeiros (1995, p. 33-35) informam que a visita do senador Pedro Francisco Rodrigues do Lago à cidade, em companhia do senador Caio Otávio Moura, foi uma apoteose cívica porque foram recebidos especialmente pelo doutor Régis e por cerca de cinco mil pessoas que foram dar boas-vindas aos ilustres visitantes do governo do Estado. Relatos e memórias sobre a cidade indicam que o carisma do médico Régis Pacheco está relacionado à sua prática médica, notadamente no seu empenho para combater a peste que assolou a cidade nos anos de 1920, e pela declaração pública de ter

adotado Conquista como sua segunda cidade, memórias que justificam seu grande prestígio. Sobre os ilustres políticos acima citados, Dantas recorre às memórias para enaltecer o amigo Régis Pacheco, sugerindo que,

Conquista não perde ensejo em demonstrar a sua satisfação, do modo mais expansivo, por estar orientada pelo ilustre médico, o chefe que sempre foi menos um chefe político que um amigo íntimo do seu povo, um servidor da pobreza, um companheiro constante e leal de todos os momentos de alegrias e de aflições. (DANTAS, 1937, p.33)

Não é necessário fazer grande esforço para perceber que Dantas, mais do que amigo, ao escrever um livro quase biográfico sobre a trajetória de Luís Régis Pacheco Pereira, ou melhor, de sua permanência em Conquista, constrói um percurso que coloca em evidência certa perspectiva messiânica porque, na condição de médico, conhecedor de males e enfermidades que acometiam os pobres, estava naquele lugar para salvá-los, tanto da peste, de doenças endêmicas e epidêmicas, quanto dos coronéis que mantinham severas relações políticas com seus eleitores e afilhados. O médico ilustre da cidade, na concepção de Dantas, era orientador, amigo íntimo, servidor da pobreza, companheiro constante e leal, que realiza suas práticas médicas e pessoais demonstrando satisfação, adjetivos que o colocam em um patamar que demarca sua diferença para o chefe político, o coronel de Conquista.

Mas, voltando aos esforços de Medeiros (2011, p. 39) para localizar e publicar memórias políticas da cidade, eles chamam a atenção para Pedro Lago, candidato a Governador do Estado, escolhido por todas as facções que se congregavam reconhecendo no grande brasileiro um espírito ponderado, um grande amigo de todos os compatriotas, capaz, por todos os motivos, de bem administrar a Bahia.

Buscando construir visibilidade política no estado para a cidade e seu biografado, almejando acumular capital a ser usado na reivindicação de uma escola normal para o município, Dantas (1930, p 34) defende antecipadamente as pretensões eleitorais de Pedro Lago ao afirmar que ele demonstra extremo devotamento ao Estado, apaixonado patriotismo, fervorosa dedicação pelo Brasil inteiro, sonhando também com a prosperidade do sertão baiano. Nesse sentido, Pedro Lago, que era candidato único e pleiteava chegar ao governo do Estado da Bahia, procurou demonstrar no discurso às autoridades e ao povo de Conquista sua proposta de negociação eleitoral, muito em voga naquele contexto. Prometia trazer benefícios para a cidade, dentre os quais uma escola normal. Na tentativa de conferir credibilidade à sua promessa, declarava que o município de Vitória da Conquista se tornaria a menina dos olhos, caso fosse eleito a governador.

Entusiasmado com o juramento realizado em palanque eleitoral, Dantas (1930, p. 35) prenunciava o advento de um sonho: seria uma Escola Normal feita sob os modelos mais modernos, que logo se estabeleceria em Conquista. Para conferir maior veracidade à sua memória, o autor relata que se encontrou, na capital da

Bahia, com Bernadino de Souza intelectual responsável pela reorganização da maior e mais prestigiada instituição literária e científica, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Naquela oportunidade ouviu daquele construtor de empreendimentos gigantescos as seguintes palavras:

Meu caro Euclides, sua Conquista está de parabéns. Vai ser dotada de uma escola Normal. Agora mesmo venho da casa de Lago, e assentamos os planos para a construção desses magnífico melhoramento em nossa querida Conquista. Sou eu quem irá inaugurar essa Escola Normal. (DANTAS, 1930, p.35)

Para Dantas, que era homem das letras, jornalista, poeta, educador e reivindicava junto com outros intelectuais uma escola de formação de professores, ao ouvir as palavras de congratulações de Bernadino, que transmitia recado de Pedro Lago, foi tomado por um entusiasmo tão grande que lhe deixou exaltado. Permaneceu neste estado de ânimo durante toda a conversa. Na despedida do encontro, na rua Chile, para enfatizar sua mensagem, Bernadino repetiu com ênfase Conquista está de parabéns, Pedro Lago, governador eleito e reconhecido, fará muito por aquela frutuosa terra sertaneja, e bem que Conquista merece. E conclui a costura política para negociar o apoio eleitoral de Conquista à candidatura de Pedro Lago, reafirmando que mandaria comunicação e parabéns ao Régis Pacheco, a quem vocês de Conquista têm sobejas razões para querer muito bem.

A narrativa de Dantas serve para demonstrar que havia planos traçados por políticos e intelectuais pleiteando uma escola, com um favor resultante do depósito de eleitores do município de Vitória da Conquista, para afirmar a composição oligárquica encabeçada por Pedro Lago, candidato único ao governo do Estado. Os indícios apontam que a implantação da Escola Normal tramitava em articulações políticas, principalmente daquelas que estavam inseridas na conjuntura baiana na década de 1930, e na qual é possível compreender que Bernadino de Souza era o porta-voz do governador eleito Pedro Lago, e tais articulações que envolviam os poderes executivos do município e do Estado revelam que as negociações para a implantação de uma escola normal estavam relacionadas a trocas de apoio político e sustentação do poder; características de um sistema de reciprocidade muito próximo das relações eleitorais estabelecidas entre os coronéis do interior e a oligarquia da Bahia dos anos 1930.

Nas questões relacionadas à negociação da implantação da escola normal, vale ressaltar a busca do apoio político do destacado intelectual Bernadino de Souza, que segundo Brito (2012, p. 145), possuía grande reconhecimento em toda a sociedade baiana. Seu nome ganhou destaque em 1913, quando assumiu a função de primeiro secretário do Instituto de Geografia e História da Bahia – IGHB, e foi ganhando consistência quando conseguiu mobilizar boa parte da sociedade de Salvador para reerguer o prédio do IGHB que fora destruído na ocasião por um incêndio.

Seu empenho para rápida construção do espaço rendeu ao advogado o título de secretário perpétuo da agremiação. Assim, uma solicitação de implantação de uma escola para a formação de professores vinda de um intelectual das letras, prestigiado por seu esforço de reerguer a principal instituição que defendia o lugar das letras e da ciência da Bahia, como forma de emponderá-la e recuperar a visibilidade e poder junto ao cenário nacional, era considerado como grande reforço político, cujos significados simbólicos social e cultural eram inestimáveis.

Mais do que isso, de acordo Brito (2012, p.146), Bernadino de Souza era um homem de grande influência material e simbólica, um dos mais notáveis intelectuais da Bahia, mantinha correspondência no meio científico e político do país e do exterior, ao que parece foi por esse motivo que o escolheram para dar a notícia da fundação de uma escola normal. Assim, Euclides Dantas alimentou com entusiasmo a expectativa da grande possibilidade de implantação da Escola Normal no município Vitória da Conquista, motivado pela credibilidade de Souza.

As articulações entre os poderes executivos do município e do Estado da Bahia revelaram o nome do médico Régis Pacheco, que foi se fortalecendo na política daquele contexto. Para Sampaio (1975 p. 157), esse médico se afirmou como líder porque, em sua opinião, havia nos anos 1920 pouquíssimos profissionais no município que possuíam uma formação acadêmica e profissional de nível superior. Correligionários e biógrafos referem-se a Régis Pacheco como personagem que gozava de grande simpatia popular, que foi sendo acumulada ao longo de sua prática médica, ganhando ainda maior visibilidade porque realizou grande empenho e assumiu a liderança no processo de contenção e na cura da epidemia de varíola. Tais predicados foram se ampliando com o passar dos anos e se consolidaram com o êxito que obteve no combate ao surto da peste bubônica que se abateu sobre a cidade no final dos anos 1920. Além disso, foi integrado às relações do poder local mediante enlace matrimonial com a filha do maior líder político conquistense, o Coronel Gugê. Régis Pacheco passou a ser o principal articulador e mantenedor do vínculo político da cidade com a família Calmon, que durante a década de 1920 mantinha a hegemonia no Estado. Ganhou visibilidade no cenário político da Bahia, sendo citado com destaque entre os doutores que compunham o Conselho Geral do Partido Republicano da Bahia.

Apesar de só exercer o seu primeiro mandato legislativo em 1946, o Dr. Régis Pacheco se enquadrava no perfil emergente do período calmonista², apresentado por Sampaio:

Em termos amplos, poder-se-ia que o recuo do coronelismo resultou, em contrapartida, no avanço do bacharelismo. Não que constituíssem forças antagônicas; bem ao contrário, uma completava e consolidava a outra. Os jovens doutores e bacharéis

² Expressão usada para designar as tendências de lideranças políticas na Bahia durante a primeira República. Refere-se ao sobrenome dos líderes políticos: Miguel Calmon e Góes Calmon. SAMPAIO (1975, p.25).

eram elementos de uma nova geração, mais vibrante, detentores de forte poder persuasivos, graças ao melhor domínio das palavras. Eram os porta-vozes, os elementos intermediários entre as elites políticas locais e o executivo, na conquista de empregos e favores de cunho pessoal, bem como na defesa dos municípios que representavam no legislativo. De formação tipicamente urbana, ainda que vinculados à velha ordem, por relações de parentesco e amizade, não contavam os jovens doutores com uma força eleitoral própria. Dos chefes locais dependiam os votos que os reconduziam ou não ao Legislativo. (SAMPAIO, p. 163-164)

A primazia da liderança do Dr. Régis Pacheco está intimamente relacionada aos elementos fundamentais da política da Bahia acima elencados. Suas habilidades foram sendo demonstradas gradativamente pela ocupação de espaços na sociedade conquistense: fora o candidato da Concentração Republicana de Conquista em novembro de 1923; foi eleito Conselheiro Municipal em 1925 e, na condição de Presidente do Conselho, completou o mandato de Paulino Santos, que havia renunciado em 1927, e no ano anterior foi eleito vice-presidente da primeira Associação Comercial de Conquista, quando comprou a Farmácia Oliveira, participando do setor comercial. Entre 1927 e 1928 exerceu a condição de Provedor da Santa Casa de Misericórdia; em 1930 ocupou a presidência do Conselho Municipal, a vice-presidência do diretório do partido Republicano da Bahia, tornou-se sócio fundador da Associação dos fazendeiros e agricultores do sertão e do sudoeste baiano e foi presidente da diretoria do primeiro Tiro de Guerra.

Com esta disposição política, Régis Pacheco foi se tornando, ao longo da década de 1920, a grande liderança política em Conquista. Controlava, com seu grupo político, a municipalidade, e passou a ser uma referência semelhante a que fora o Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé. Entretanto, suas articulações políticas não ficaram inseridas em âmbito local, mas na conjuntura política baiana se firmou como um líder estadual que o velho coronel não conheceria.

Portanto, a expectativa para instalar a escola normal em Vitória da Conquista foi tomando uma proporção cada vez maior, independente de articulações políticas. Publicações na imprensa escrita local permitiram identificar discursos de intelectuais que, na maioria das vezes, posicionaram-se como porta-vozes da comunidade, com o propósito de reivindicar a instalação de uma escola formadora de professores, conscientes da necessidade e de sua importância para a cidade e região.

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR: A CRIAÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS NA BAHIA

Em janeiro de 1947, Otávio Mangabeira assumiu o governo da Bahia e convidou para ser seu Secretário de Educação e Saúde o educador Anísio Teixeira que, ao tomar posse, desenvolve como primeira ação a elaboração do capítulo de educação e cultura da Constituição baiana de 1947, onde especifica os termos de gratuidade do ensino e a organização do sistema escolar do estado, entre outras diretrizes.

O educador ainda propõe, como atividade de sua secretaria, desenvolver uma proposta de trabalho que poderia contemplar o ensino secundário com o objetivo, segundo Teixeira (1948, p.12), de oferecer educação post-primária, ou secundária, a uma porcentagem apreciável da população escolar. Esta proposta estava inserida no amplo plano de serviços educacionais, com a respectiva criação e construção dos chamados Centros Regionais de Educação, que deveriam ser implantados em cidades polos do interior e em alguns bairros da Capital.

O objetivo essencial da proposta, segundo o educador Teixeira (1948, p. 12), era o de retirar a Bahia do atraso educacional e social em que se encontrava. Um programa de educação capaz de colocar a Bahia entre os grandes centros educacionais civilizados, cujo programa estaria dentro das intenções do governador Otávio Mangabeira, que é o de ajustar o Estado baiano ao ritmo de progresso do mundo atual. Para esse progresso, eram necessários projetos que atuassem no campo da política social e educacional.

Para que sua obra fosse legitimada, Anísio não mede esforços no que diz respeito à Lei Orgânica do Ensino, que regulamentaria o capítulo da Constituição Estadual. A proposta de Anísio Teixeira encontrava-se resumida assim:

Imaginamos uma rede de sete a onze centros regionais de educação. Em tais centros, montaremos escolas normais e escolas secundárias (com os cursos de cultura geral, comercial, doméstica e industrial) com regime de externato e internato. Nos internatos, serão matriculados os alunos dotados dos municípios pertencentes à região. As construções desses centros compreenderão as escolas anexas, as secundárias com recursos para a variedade dos seus currículos, os internatos e os edifícios sociais e recreativos. Serão verdadeiros núcleos de educação com uma população escolar interna de uns quinhentos alunos, escolhidos dos municípios subsidiários do centro, e abundante matrícula local. (TEIXEIRA, 1948, p. 13).

Essa proposta educacional apresentada pelo referido educador causou conflitos dentro do próprio governo de Otávio Mangabeira, conflitos esses que, de acordo Rodrigues (2011, p. 150), dificultam e obliteram a consecução das suas propostas inovadoras e democratizantes do sistema de ensino e dos centros educacionais.

Ainda sobre a proposta do educador, que parece não ter sido tranquila, Menezes (2001, p. 65) diz que da proposta apresentada para a construção dos referidos centros educacionais na capital e no interior, além de um plano de criar e construir escolas elementares e rurais por todo o interior do Estado, no sentido de ampliar os serviços educacionais, primários e secundários, apenas a construção de centros educacionais da capital foi, de fato, executada, mesmo assim, com a ajuda do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas). Não se concretizou, porém, a construção de nenhum centro regional de educação, e não foi implantado nenhum outro que não o de Salvador.

Segundo Tavares e Menezes (2001, p.73-76), o único centro educacional construído foi em 1949, pelo qual o educador dava início ao processo de implantação dos Centros Educacionais em vários bairros de Salvador, além de um estabelecimento que já se encontrava em fase de construção no bairro mais populoso dessa Capital, o da Liberdade. Porém, em 1950, houve a inauguração de apenas três escolas classes do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, o que representava muito pouco para a proposta que se previa com os Centros Educacionais e que deveria englobar desde o jardim de infância e escola de curso básico de ler, escrever e contar, história e ciências, passando pelas atividades que comportariam educação física, recreação, jogos, desenho, música, educação social, educação de saúde e atividades extraclasse, até as instalações de ginásio, ateliês, oficinas de desenho e artes industriais, etc., teatro, cantinas e unidades administrativas, dos professores e de funcionários.

Retornando à proposta de Anísio, esta era abrangente e pretendia atingir a todos os aspectos dos serviços educacionais a serem oferecidos, os quais exigiam não apenas esforços subjetivos e empenho da vontade, mas, principalmente, recursos financeiros a serem investidos. Nesse sentido, o referido educador, com a sua equipe, elabora, como item básico para a solução do problema referente ao prédio escolar na Bahia, um plano de edificações escolares³, uma vez que havia a necessidade de construir, o mais rapidamente possível, não alguns prédios, mas todo um sistema escolar, e para isso exigiam-se planos de economia e construção em massa. (REVISTA FISCAL DA BAHIA, 1949, p.125), os quais deveriam ter a colaboração de convênios do governo federal.

Esse plano de edificação, segundo Rodrigues (2009, p.76), contemplava o ensino primário do interior para a construção das seguintes escolas: escolas rurais, para a população rural dispersa; uma rede de escolas diferenciadas para os núcleos urbanos, que se tipificava desde uma escola mínima, que seria a mais simples, até o grupo escolar completo (escola mínima, escola nuclear, grupo escolar médio, grupo escolar completo). Havia um plano de construções escolares específico para a capital quanto ao ensino primário e no que se refere aos centros educacionais. Havia também um plano de construção para o interior do Estado. A previsão era de que o plano de construções tivesse início em janeiro de 1950. Para este caso referente aos centros regionais, o Estado foi:

Dividido em dez regiões educacionais. Na sede de cada uma haverá um centro regional de educação, onde se ministrará a educação de nível médio, geral e profissional e o ensino de formação do magistério, e que se constituirá no núcleo de difusão cultural de toda a região. (REVISTA FISCAL DA BAHIA, 1949, p, 125).

³ Sobre o plano de edificações escolares, ver REVISTA FISCAL DA BAHIA. Quatro séculos de história da Bahia – cidade de Salvador, em 1949. Álbum comemorativo do 4º centenário/publicado pela Revista Fiscal da Bahia, 1949, pp. 124- 146.

Rodrigues (2009, p.13) prossegue que o referido plano deveria receber a colaboração de convênios do governo federal. A proposta era que esse plano de edificações escolares fosse desenvolvido mediante convênio entre o governo estadual e o governo federal, no início da década de 1950. De acordo Teixeira (1952, p. 27-42), cumpria aos poderes públicos promover a educação pós-primária e a superior, todavia, considerava que a manutenção de um sistema público e gratuito de escolas em toda a nação representava um considerável esforço econômico.

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, assina o Decreto Nº. 14.296-A, de 29 de janeiro de 1949, que em seu art.1.º Ficam considerados centros regionais de educação, sem juízo da localização de ginásios já prevista na Lei n, 130, de 14 de dezembro de 1948, as cidades de Alagoinhas, Juazeiro, Barra, Caetité, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Feira de Santana e Lençóis, além de outras que, de acordo com parecer dos órgãos técnicos competentes, julgam conveniente considerar centros regionais de educação. Parágrafo Único- A distribuição dos municípios do Estado, pelas regiões educacionais, a ser feita pela Secretaria de Educação e Saúde, obedecerá ao critério das vias de comunicação e de proporcionalidade da população para cada região. No art. 2º se lê que os centros regionais de educação compreendem uma escola normal, com jardim de infância e escola elementar modelo, uma escola secundária, com seções de cultura geral, doméstica, técnico-industrial e comercial, um parque escolar, um centro social e de cultura e internatos. A verdade é que muitas cidades não foram contempladas com um desses centros educacionais, como deveria ter sido. Ressalta-se que já havia o decreto nº. 14.296-A, de 29 de janeiro de 1949, porém, alguns municípios tiveram parte de suas obras paralisadas, provavelmente devido a conflitos oriundos do poder político, como foi o caso da cidade de Juazeiro⁴.

A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

A campanha de educação em articulação com o governo federal, que comportava vários tipos de escolas distribuídas pelas várias regiões do interior, e que veio a beneficiar o município de Vitória da Conquista, foi noticiada nos periódicos da cidade, através de artigos publicados por educadores, escritores e intelectuais. Um exemplo vem do morador, escritor e memorialista conquistense, Viana (1982, p.457), ao informar que durante o governo Otávio Mangabeira, entre abril de 1947 e janeiro de 1951, havia forte movimento entre os educadores, a comunidade e as autoridades locais que exigia a instalação de uma Escola Normalista em Vitória da Conquista, de perfil semelhante àquelas instaladas em outros municípios da Bahia que já realizavam a formação de professores, como o caso de Feira de Santana e Caetité, ambas com escola normal desde os anos 1920.

⁴ Vê Rodrigues (2011, p. 151) RODRIGUES. G.R. José. Forma de escolarização secundária e sócio- gênese de uma instituição escolar: O Ginásio de Ruy Barbosa em Juazeiro, Ba, (1953 – 1963).

O memorialista Viana (1982, p. 457) aponta que os então deputados federais Régis Pacheco, Juracy Magalhães e Manoel Novais, que mantinham relações políticas em Conquista e representavam a Bahia no Congresso Nacional, consignaram alocar no Orçamento da República, sob o governo de Eurico Gaspar Dutra, verbas destinadas à construção da Escola Normal de Vitória da Conquista, e a obra foi iniciada ainda no governo do Marechal Dutra. Para a construção do prédio, o Ministro da Educação e Cultura disponibilizou a quantia de Cr\$ 1.200.000,00. O Estado da Bahia, sob a liderança de Régis Pacheco, arcou com a quantia de Cr\$ 2.400.000,00, e o município com despesas de aquisição do terreno. A primeira etapa foi concluída no governo de Getúlio Vargas, cujo Ministro da Educação, Ernesto Simões Filho, assumiu a compra do mobiliário necessário ao funcionamento da escola.

Assim, Vitória da Conquista, pacata cidade do interior da Bahia, passou por uma experiência singular e realizou um grande acontecimento que marcou a sociedade, quando o Governador Régis Pacheco, através do Decreto Nº 15.194, de 20 de fevereiro de 1952, autoriza os trabalhos da Escola Normal. Art. 1.º Fica autorizado o funcionamento da Escola Normal do Centro Regional de Educação de Vitória da Conquista, prevista no Artigo 2º do Decreto nº 14.296 - A, de 29 de janeiro de 1949. Este decreto também divide o estado em Regiões Educacionais, ficando as sedes dos Centros Regionais de Educação e dá outras providências. Um mês após o referido decreto, a Escola Normal é inaugurada.

A inauguração da Escola Normal, em 20 de março de 1952, foi noticiada no jornal O Combate com a manchete especial: A solene inauguração da Escola Normal. Era então, a primeira escola de formação de professores do município, que até aquele momento contava apenas com a escola de curso primário e o Ginásio de Conquista, implantado em 1940, mas sendo particular.

Em consultas às fontes: jornais, revistas, atas, livros de memorialistas das décadas de 1930, 1940 e 1950, ficou claro que articulações políticas influenciaram bastante para a concretização da escola normal. Também escritores, jornalistas, professores, poetas, intelectuais e sociedade se mobilizaram, através dos meios de comunicação, onde expressaram interesse pela implantação de uma instituição educacional voltada para a formação de professores. Compreendemos que, naquele contexto, a Escola Normal não era apenas um sonho para os conquistenses, mas uma necessidade, pois seria o local ideal para preparar profissionais capazes de serem inseridos no mercado de trabalho com qualificação. Mas, para uma cidade do interior, e fica claro nas fontes, os jornais, uma Escola Normal também era um símbolo de civilização, modernidade e progresso.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa tratou do processo de implantação e funcionamento da Escola Normal de Vitória da Conquista e a formação de professores primários, buscando observar as relações entre projetos educacionais propostos por grupos intelectuais, professores e políticos do município, publicados em jornais, registros de memorialistas e atas da Câmara de Vereadores, entre 1950 e 1964 e a análise das fontes indicam que, mesmo havendo contradições e divergências ideológicas, intelectuais inseridos naquele contexto tiveram um papel fundamental na implantação da Escola Normal de Vitória da Conquista. Uma instituição educacional que prestou inestimável contribuição para a formação de novos profissionais da educação, visando atender às reivindicações e demandas da sociedade conquistense.

Nessa investigação, compreendemos a participação do médico e político Régis Pacheco na articulação com as lideranças estaduais para a implantação da Escola Normal de Conquista. A biografia deste político indica que o mesmo adotou a cidade quando veio, em 1920, combater a peste, adquirindo um imenso prestígio entre o povo e, principalmente, como liderança política local, tornando-se grande representante na política do Estado. A esse respeito, Sampaio (1975, p. 25), define os jovens políticos que assumem notabilidade política no interior da Bahia como os doutores e bacharéis, uma nova geração, mais vibrante e detentora de forte poder de persuasão, se tornando porta-vozes da política local no executivo estadual e federal, através de jogos de favores.

Após a realização da pesquisa é possível afirmar que reconhecemos a importância e a contribuição do Instituto de Educação Euclides Dantas – IEED, única escola pública na formação de professores, respeitada no cenário educacional, tornou-se referência para o ensino da cidade, constituindo-se em marco histórico para a sociedade de Vitória da Conquista, desde sua implantação. Como afirma Mendes (2004, p. 68), uma instituição que assumiria um caráter redentor, dando início a um tempo novo, tempo de progresso e de civilização.

REFERÊNCIA

ALVES, A. E. S; et al. **Datilógrafos(as) e costureiras: profissionalização nas décadas de 1930 e 1940 em Vitória da Conquista**. In: Anais do VII Colóquio do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista, 2007, p. 2

BRITO, A. C. F. **Tempos, Tempos, histórias e ciências: expectativas e propostas de letrados do Instituto Geográfico e Histórico para a Bahia (1894 1923)**. Feira de Santana / Salvador Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências – UFBA/UEFS 2012. p.145-146

CHARTIER, Roger. A história cultural, entre práticas e representações. Lisboa: Defiel, 1999, p. 77

DANTAS, E. Régis Pacheco: *esboço biográfico*. Vitória da Conquista, 1937, p. 33-35

Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador. 25 de mar. 1952.

FONSECA, H. J., et al. Formação **política da região sudoeste da Bahia**. Coletânea do Escritor Conquistense. Vitória da Conquista: [s.n], 1976. In: **O poder em disputa: Vitória da Conquista e região**. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1999, p. 98. Vol. 4.

GATTI JR., D. **Intelectuais e circulação internacional de ideias na construção da disciplina História da Educação no Brasil (1955-2008)**. In: Carvalho, M. M. C. de; Gatti Jr., D. (org). **O ensino de história da educação**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 47. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil; v. 6).

MARTINS, A. M. S. **Educação e História Cultural: algumas reflexões teóricas**, p.109, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p.116 set.2006 - ISSN: 1676-2584.

MEDEIROS, R. H. A. et al. **Poder Político e Educação nas primeiras décadas do século XX**. In: Anais do VIII Colóquio Nacional e I Internacional do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista. 2009, p.39

MESQUITA, J. P.; MATTA, A. E. R. **Educação na Bahia em 1930: embates entre a burguesia ascendente e oligarquia latifundiária**. In: Anais do VIII Colóquio Nacional e I Internacional do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista: edições do autor, 2009, p. 7-11.

MENDES, G F. **Luzes do saber aos sertões: memória e representações da escola Normal de Vitória da Conquista - Ba**. Vitória da Conquista: Edições UESB. 2004, p. 68

MENEZES, D. **A Conquista dos Coronéis**. Recanto das Letras. Vitória da Conquista, 2001, p. 65

MESQUITA, J. P.; MATTA, A. E. R. **Educação na Bahia em 1930: embates entre a burguesia ascendente e oligarquia latifundiária**. In: Anais do VIII Colóquio Nacional e I Internacional do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista: edições do autor, 2009.

Quatro séculos de história da Bahia: cidade do Salvador. In: REVISTA FISCAL DA BAHIA. Secretaria de educação e saúde. Álbum comemorativo do 4º centenário. Bahia: Revista Fiscal da Bahia, 1949.

RODRIGUES, J. **Duas propostas para a educação na Bahia entre as décadas de 40 e 70 do século XX: Os ginásios públicos do deputado Rubem Nogueira e os centros educacionais de Anísio Teixeira.** 2011., p. 13 Artigo 2011.

RODRIGUES, M. **A década de 50: Populismo e Metas Desenvolvimentistas no Brasil.** São Paulo, Editora Ática, 2009, p. 13

SAMPAIO, C.N. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação.** Salvador: Universidade Federal da Bahia. 1975, p. 157

SAVIANI, D. **Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares.** In: SILVA, J.C. da. et al. **História da Educação:** arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas, SP: Alínea, 2013. p. 13-32.

SOUZA, B. de J. **Uma leitura da vida política em Vitória da Conquista na primeira república.** In: O poder em disputa: Vitória da Conquista e região. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1999. Vol 4.

SOUZA, D. M. R. de. **Memória de Professores Intelectuais como interlocutores do republicanismo em Vitória da Conquista -Ba entre os anos de 1910 até 1945.** [dissertação]. Vitória da Conquista: Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Memória: Linguagem e Sociedade-UESB, 2010, p. 65

TAVARES, L H. D. **A ideia dos centros educacionais em Anísio Teixeira.** In: MENEZES, Jaci Mª Ferraz. **Educação na Bahia coletânea de textos.** Salvador, BA: Editora da UNEB, 2001, p. 73-76

TEIXEIRA, A. **Educação.** In: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. Educação, saúde e assistência na Bahia: trechos do relatório apresentado ao Governador do Estado para a sua Mensagem à Assembleia Legislativa. Bahia: Imprensa Oficial. 1948, p. 12-13

_____. **Autonomia dos Serviços Educacionais,** Discurso na Assembleia Legislativa da Bahia, Salvador: Editora Mensageiro da Fé Ltda., 1952, p27-42

VEIGA, C. G. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2008, p. 57-58

VIANA, A. L. **Revista histórica de Vitória da Conquista.** Vitória da Conquista. Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas LTDA. vol. I, 1982.p.457 e v.2, s/d.

VIANA, A. L. **A Instrução em Vitória da Conquista em 1930** In: Revista Histórica de Conquista. Vitória da Conquista. V. II p. 455, s/d